



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A CLASSE OPERÁRIA NA OFENSIVA!

Segunda vaga de lutas reivindicativas em 1969

O ano de 1969 fica assinalado pelo desencadeamento da maior e mais potente ofensiva da classe operária, nos últimos anos, contra a exploração capitalista.

Depois da potente vaga de lutas dos primeiros meses de 1969, na qual participaram, em todo o país, mais de 100 mil trabalhadores, nos últimos meses do ano registou-se o desenvolvimento duma segunda vaga de lutas de que a greve dos valentes ferroviários constitui o ponto mais alto.

Na sua ofensiva, a classe operária recorre cada vez mais frequentemente a formas superiores de luta para fazer vingar as suas reivindicações. O recurso à paralização e à greve tornam-se cada vez mais frequentes a despeito da repressão fascista e da resistência do governo e do patronato a admitir o uso destas formas de luta por parte dos trabalhadores, para a defesa dos seus legítimos direitos e para a conquista das suas reivindicações.

Significado e influência política das lutas da classe operária

A luta da classe operária contra a exploração capitalista que é também uma luta frontal contra o poder dos monopólios, tem, por isso, um significado e alcance político muito profundo, com uma incidência directa na luta dos democratas e do povo português contra a ditadura fascista, instrumento político de domínio de classe da grande burguesia monopolista.

Definindo o significado e alcance político da vaga de lutas da classe operária nos primeiros meses deste ano, o CC do nosso Partido afirma na sua Resolução de Agosto de 1969:

«Num momento político crucial, quando os fascistas procuravam criar a expectativa e a passividade e esta era apregoadada por importantes sectores da Oposição: — a classe operária, única classe consequentemente revolucionária, passando à ofensiva, desencadeando uma vaga de greves, paralizações e outras lutas em que participaram cerca de 100 mil trabalhadores, afirmou uma vez mais a sua elevada consciência de classe e a sua posição de vanguarda do movimento antifascista.

Além de um grande êxito traduzido em aumentos de salários e outras reivindica-

ções alcançadas, a vaga de greves e paralizações constituiu uma grande vitória política da classe operária. A ofensiva da classe operária contribuiu para o esclarecimento da situação actual, da natureza do governo e da sua política. Fez recuar o oportunismo, a discriminação anticomunista de alguns socialistas de direita, a fraseologia pseudo-revolucionária do radicalismo pequeno-burguês. Exerceu um efeito de choque em todo o movimento democrático, contribuindo para a dinamização da acção política, o isolamento dos divisionistas, o reforço da unidade.

As lutas operárias nos primeiros meses de 1969, pela sua amplitude, o seu carácter, o seu significado, as formas que assumiram, os seus resultados, constituíram as mais importantes lutas contra o fascismo desde a constituição do governo de M. Caetano.» (Avante! n.º 406 de Setembro de 1969)

A segunda vaga de lutas reivindicativas dos últimos meses do ano, coincide com uma das mais importantes jornadas de luta política do povo português contra a ditadura fascista — a campanha para a «eleição» de deputados, de



Outubro último.

Não só durante a campanha «eleitoral» a classe operária desenvolveu uma intensa actividade política, dinamizando com a sua presença muitas comissões democráticas eleitorais então formadas, tomando uma posição de vanguarda em toda a luta democrática, destacando-se no combate às tendências negativas surgidas no movimento democrático, tais como o oportunismo, o anticomunismo e o cisionismo de certos democratas, organizando-se em comissões próprias, por actividades e classes profissionais, participando em amplas reuniões de trabalho que chegaram a atingir, algumas, um milhar de trabalhadores, como prosseguiu a luta reivindicativa de classe aproveitando inteligentemente as excepcionais condições proporcionadas pela situação política.

Nestas condições, algumas das lutas dos trabalhadores, com particular realce para a greve dos ferroviários, constituíram um poderoso estímulo à luta da Oposição Democrática. A classe operária mais uma vez apareceu no centro da luta política desempenhando com a sua acção e combatividade, um papel de vanguarda na luta contra a ditadura fascista.

O significado e alcance político da greve dos trabalhadores no nosso país, não pode mais ser ignorado. A sua influência na situação política é tal que o movimento democrático à escala do país, insereu o direito à greve como reivin-

dicação política nacional durante a recente campanha «eleitoral». A greve dos ferroviários foi citada e saudada por diversos oradores e aplaudida pelas massas em diversos comícios.

A actual vaga de lutas dos trabalhadores de que a greve dos ferroviários foi um detonador, vai certamente intensificar-se. Existem todas as condições objectivas para isso, dado que o custo de vida não pára de se agravar e o momento político continua a ser favorável à intensificação da luta de massas.

O regime saiu mais enfraquecido da última campanha «eleitoral», o governo de M. Cactano mantém-se na defensiva, a braços com sérios problemas que não deixarão de se agravar com o prosseguimento da política de demagogia «liberalizante» a que é forçado pelas circunstâncias.

No contexto desta situação, e tendo em conta a grande experiência acumulada pelos trabalhadores com as lutas dos últimos meses, estes poderão obter novos e importantes êxitos com esta nova ofensiva.

A organização é, na situação actual, um factor cada vez mais decisivo para o êxito das lutas da classe operária. Na breve análise que faremos seguidamente a algumas lutas recentemente travadas conclui-se, uma vez mais, que a melhor ou pior organização destas lutas esteve na origem das vitórias alcançadas e das derrotas sofridas.

Breve balanço de duas importantes lutas

1. Os ferroviários, cuja luta se prolongou ao longo de um ano e que culminou na greve de 20 de Outubro último, acabaram por alcançar uma importante vitória.

No dia 18 de Novembro, menos de um mês depois da greve de Outubro, foi anunciada a conclusão do novo Acordo Colectivo de Trabalho que concede aos ferroviários novos aumentos — 240\$00 mensais para os vencimentos inferiores a 2.000\$00 e 200\$00 mensais para os vencimentos superiores àquela quantia. Foi também conquistado um subsídio de férias de 50 por cento.

Independentemente da forma como a classe ferroviária considerar o aumento agora obtido em relação com os mil escudos mensais reclamados para toda a classe, não há dúvida de que este aumento constitui uma importante vitória da classe.

Também não oferece dúvidas o facto de que esta vitória dos ferroviários se deve inteiramente à sua unidade e combatividade verificada ao longo de muitos meses assim como à sua disposição de recorrer, cada vez mais frequentemente, a formas superiores de luta como o demonstraram com a greve de 20 de Outubro. Pode afirmar-se que o aumento alcançado é uma consequência directa e imediata da greve.

Na apreciação feita à greve no último número de «O Militante!», dizíamos que a organização foi o factor decisivo do êxito alcançado pelos fer-

roviários. Acrescentaremos hoje que a essa organização que soube forjar, a classe ferroviária acrescentou-lhe a sua unidade e disposição de continuar a luta até à vitória.

Com efeito, após a greve de aviso, os ferroviários não cruzaram os braços. Em princípio de Novembro, entregaram na Administração da CP uma carta com mais de mil assinaturas propondo uma entrevista entre uma comissão, constituída pelos 10 primeiros signatários, e o presidente do Conselho de Administração da CP. No dia 11 de Novembro, a comissão apresentou-se logo de manhã na Administração, acompanhada de mais de 200 ferroviários cujo número se manteve mais ou menos o mesmo durante todo o dia, revezando-se os que entravam de serviço com os que saíam. Depois das 18 horas a Administração, na pessoa do coronel Valença, decidiu-se finalmente a receber a comissão que expôs os problemas da classe.

O coronel Valença, tentou, sem êxito, convencer os trabalhadores que a CP não podia dar o aumento pedido porque não tem lucros, porque tem uma situação financeira difícil, etc. Firmemente, a comissão insistiu pela rápida solução dos problemas da classe a que acrescentou a reclamação da readmissão imediata do seu camarada Firmino Martins suspenso desde a greve.

A sua organização, à forte unidade, à firmeza e disposição de luta, bem evidentes no decorrer

de toda a sua movimentação, devem os ferroviários a vitória que acabam de alcançar.

Fortalecidos por este êxito, os ferroviários prosseguirão a luta por muitas reivindicações e problemas que restam por atender, à frente dos quais continuará sempre a actualização dos vencimentos que são ainda, na sua maioria, muito baixos.

2. A greve de 5.000 operários na LISNAVE, nos dias 11 e 12 de Novembro, na qual participaram os trabalhadores dos estaleiros da **Margueira**, na margem Sul do Tejo e dos **Estaleiros da Rocha de Conde de Obidos**, em Lisboa, constituiu a luta mais importante depois da greve dos ferroviários.

Faltando-nos ainda o conhecimento de diversos pormenores sobre esta luta, podemos concluir dos elementos disponíveis que o seu desenvolvimento teria sido, resumidamente, o seguinte: No prosseguimento das reclamações que ficaram por satisfazer após a greve de 31 de Dezembro de 1968, no mês de Outubro de 1969, os operários apresentaram à administração da LISNAVE, através da CIE da Margueira, um pedido de aumento geral de salários e outras reivindicações.

Como a resposta não fosse satisfatória, no dia 11 de Novembro os operários forçaram a CIE a dirigir-se de novo à administração insistindo por uma resposta rápida. Em consequência desta diligência, o patronato responde que seria concedido um aumento de apenas 6%, ao mesmo tempo, o pessoal passaria a receber os trinta dias no mês (recebiam só 29), sendo reduzido o pagamento das horas extraordinárias de 125% para 75%. O aumento seria dado a partir de Janeiro de 1970.

Os operários, não satisfeitos com a resposta, resolvem concretizar as suas reivindicações: - aumento de 25\$00 diários para todos, pagamento dos 30 dias e acabar com as horas extraordinárias. O patronato respondeu que não dava mais do que o já estabelecido, provocando tal resposta uma explosão imediata de descontentamento. Foi desencadeada a greve.

Nesse mesmo dia, 11 de Novembro, às 13,30 horas todas as secções da Margueira entraram em greve, com excepção o pessoal dos escritórios. Seguidamente, cerca de 1.500 operários concentraram-se junto da administração, cercando-a, onde permanecem até às 18 horas. Outros ficaram junto das máquinas. Verificou-se assim uma paralização geral na empresa, com ocupação desta.

Grupos de operários percorreram oficinas e barcos para que ninguém ficasse a trabalhar. Obrigaram a parar o serviço da draga, apedrejando os «amarelos» que ali trabalhavam e jogaram ao rio as ferramentas de alguns outros que tentaram trabalhar na secção de «gás-limpo».

Nas pás da hélice que decora a entrada da Administração, os operários escreveram as suas três reivindicações.

Chegou o turno da noite do qual aderiu imediatamente à greve. No dia 12 (segundo dia da greve), mais de metade do pessoal dos escritórios da Margueira aderiu também à greve.

Várias dezenas de operários em greve dirigiram-se aos Estaleiros da LISNAVE na Rocha de Conde de Obidos logo no primeiro dia da greve, provocando a imediata adesão dos operários deste Estaleiro da margem Norte. A greve não foi geral aqui até às 13 horas do segundo dia, mas foi-a a partir daquele momento.

A repressão da greve por parte do governo fascista de M. Caetano, chegou brutalmente cerca das 3 horas da madrugada do dia 13 aos Estaleiros da Margueira, generalizando-se posteriormente à Rocha de Conde de Obidos. Na Margueira, a GNR

a cavalo e a PSP com cães polícias e metralhadoras aperradas, assim como a PIDE, todos em conjunto, investiram no Estaleiro obrigando à força os operários a evacuar as instalações fabris.

Depois disto foram seleccionados os operários com mais de cinco anos de casa, sendo-lhes colocada a seguinte alternativa: ou assinavam as condições impostas pelo patronato ou eram despedidos. Todos os que tinham menos de cinco anos de casa não foram admitidos. Isto passou-se na manhã do dia 13 quando o pessoal se apresentou para entrar (mas não para trabalhar). As condições impostas eram as seguintes: aceitar o aumento estabelecido pela empresa, comprometer-se a dar bom rendimento de trabalho, dispôr-se a fazer horas extraordinárias. Parece que era prometido o pagamento dos 30 dias e o 13.º mês que os operários reclamavam.

Os operários - chefes foram os primeiros a assinar as condições impostas, tendo os operários resistido inicialmente. Mais tarde, a maioria dos que tinham mais de cinco anos de casa assinaram e retomaram o trabalho. Consta que vários operários com 15 e 20 anos de casa se recusaram a assinar, preferindo ser despedidos. Com a selecção feita pelo patronato teriam ficado desempregados centenas de trabalhadores.

Nos Estaleiros da Rocha de Conde de Obidos, quando da repressão policial, os operários reagiram às brutalidades da polícia, pegando em ferros e em ferramentas para se defenderem das chonhadas e dos cães.

Solidarizaram-se com os operários da LISNAVE muitos trabalhadores de outras empresas, que trabalhavam ocasionalmente nos Estaleiros. Citam-se os operários da empresa **Metalização**, de Saçavém, que resolveram regressar à empresa, assim como alguns estivadores que haviam sido chamados para trabalhar na vez de alguns operários em greve. Também o pessoal dos navios estrangeiros docados na Margueira para reparação fizeram greve em solidariedade com os seus camaradas portugueses. Na **Perry-Son** no dia 13 houve um esboço de greve de solidariedade ao mesmo tempo que reclamaram aumento de salários, tendo-se a direcção comprometido imediatamente a dar o mesmo aumento que fosse dado na LISNAVE. No **Arsenal**, no dia 14, os operários esboçaram uma concentração na Administração para pedir aumento de salários e solidarizar-se com os camaradas da LISNAVE em greve. Na **CUF do Barreiro**, houve no dia 12 uma discussão entre os operários, entre os quais uma parte pretendia fazer greve de solidariedade e na **Siderurgia**, no dia 13, os operários promoveram uma grande concentração junto da Administração reivindicando aumento de salários, o qual lhes foi prometido. Na **Setubalense**, empresa de camionagem do Sul, consta-se que no dia 12 os cobradores de algumas camionetas se recusaram a cobrar bilhetes por solidariedade com a greve da LISNAVE.



Desta greve podem tirar-se desde já algumas conclusões, sem prejuízo dum estudo mais aprofundado que possa vir a ser feito.

- 1.º — *A greve, mesmo não tendo terminado vitoriosamente, foi uma esplêndida acção de massas, tendo os operários da LISNAVE revelado uma grande combatividade e disposição de luta no decorrer dela, a experiência daqui resultante não será em vão;*
- 2.º — *A greve reforçou a unidade entre os operários dos dois Estaleiros da LISNAVE pela adesão à luta, quase simultaneamente, de cerca, de 5.000 operários dos dois lados;*
- 3.º — *A falta duma sólida organização, legal e ilegal, capaz de organizar e conduzir a luta até à vitória, resistindo às manobras de divisão promovidas pelo patronato e à repressão das forças policiais, aparece como a principal debilidade desta luta.*

A forma como a greve terminou mostra que os operários não estavam preparados para a dureza que a luta assumiu, para a repressão patronal e do governo, dividindo os operários entre velhos e novos, despedindo estes últimos e obrigando os primeiros a aceitar as condições impostas.

Tendo intervido de forma tão brutal contra a luta dos trabalhadores da LISNAVE, o governo de M. Caetano deixou mais uma vez cair a sua máscara «liberalizante», de parte «imparcial» nos conflitos de trabalho, como pretende apresentar-se aos olhos dos trabalhadores frequentemente, mostrou ser o governo dos monopólios, sempre disposto a responder ao chamamento destes para esmagar com as forças

repressivas a justa luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos. A greve da LISNAVE teve também o mérito de clarificar esta situação aos olhos dos milhares de trabalhadores que nela interviram e de muitos outros.

Como a luta dos operários da LISNAVE vai certamente prosseguir, pois esta greve foi apenas um episódio, esperamos que eles saibam tirar rapidamente a experiência desta luta, forjando uma sólida organização e unidade combativa para retomar a luta e conduzi-la até ao fim vitoriosamente. Impõe-se que façam amplas reuniões para discussão dos seus problemas e dos ensinamentos que esta luta comporta, que formem comissões de unidade por secção e à escala de empresa, verdadeiras comissões de classe, não confiando mais na CIE pois esta não passa dum instrumento ao serviço do patronato. O seu papel tem sido sempre o de adormecer os operários, deixando-os desarmados para a luta sempre que esta surge e se agudiza como agora. Só na sua própria organização de classe devem assentar no futuro as suas lutas para arrancar ao patronato explorador, aos Melos e seus associados estrangeiros, Suecos, noruegueses, etc, as reivindicações a que têm direito.

As suas reivindicações salariais e outras porque vêm lutando devem os trabalhadores da LISNAVE juntar agora a exigência da readmissão de todos os camaradas despedidos. Estes devem resistir à eventual tentativa do patronato (que tem forçosamente necessidade da sua força de trabalho) para forçá-los a aceitar condições desfavoráveis de readmissão. Devem unir-se e exigir a sua reintegração imediata com todas as regalias. Se lutarem todos unidos e organizados, os que estão a trabalhar e os que ficaram de fora, forçarão de certeza o patronato a recuar.

Cresce e generaliza-se a ofensiva da classe operária

Nesta nova ofensiva dos trabalhadores para a qual a greve dos ferroviários constituiu um importante detonador, a luta tende a generalizar-se às mais diversas empresas e classes profissionais englobando já dezenas de milhares de operários que fazem desta forma frente ao aumento constante do custo de vida e à intensificação da exploração capitalista.

Perfilando-se na acção combativa, o grande exercício dos trabalhadores organiza-se, concentra-se, reclama, paraliza o trabalho, recorre à greve, utilizando tudo isto que é a sua organização, como a única arma de que dispõe para lutar pelos seus direitos e pelas suas justas reivindicações,

Na Margem Sul do Tejo, além da luta dos ferroviários e dos operários da LISNAVE, de que já falámos, crescem o descontentamento e

a disposição de luta em muitas outras empresas, destacando-se o *Arsenal, a Siderurgia, a Parry-Son*, descontentamento e disposição de luta que necessitam apenas um melhor e mais sólido trabalho de organização para se transformarem em acção combativa de milhares de trabalhadores.

Na *CUF do Barreiro* os operários boicotam as eleições para a CIE, considerando que ela é hoje apenas um instrumento do patronato que dele se serve para enganar os trabalhadores por detrás do falso lema da «harmonia de classes». Em vez da lista de candidatos os operários meteram nas urnas listas contendo as suas principais reivindicações — aumento geral de 20\$00. pagamento de 30.º dia e de 13.º mês. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da CUF formam e consolidam a sua organização de classe, as comissões de unidade, por secção e ao

nível da empresa.

De entre as lutas desencadeadas na Margem Sul sob a influência directa da greve dos ferroviários, destacamos: Na **GEFA**, empresa de confecções, de Alhos Vedros, as 500 operárias iniciaram uma greve no próprio dia da greve dos ferroviários a qual durou uma semana, tendo obtido um aumento de 9\$. Durante a greve as mulheres permaneceram junto das máquinas de braços caídos. Na **BORE** outra empresa de confecções, de Alhos Vedros, as 60 operárias declararam-se em greve a seguir à **GEFA**, desconhecendo-se o resultado. Nos **corticeiros**, fizeram greve de 23 a 25 de Outubro as operárias e operários da **Aldemiro E. Mira** (Alhos Vedros), tendo voltado ao trabalho após o patrão ter prometido um aumento de 12%, promessa que foi garantida pelo tenente da GNR do Barreiro e a qual o bandido do Aldemira renegou posteriormente. Também os corticeiros da **Fábrica Barreiras** (Lavradio) fizeram greve durante todo o dia 25 de Outubro.

Em Lisboa, agitam-se de novo os trabalhadores da Carris, reclamando a revisão do ACT, tendo enviado uma exposição ao M. Caetano e ao ministro das Corporações com esta reivindicação.

Nos **Telefones de Lisboa**, os cobradores entram a fazer «cêra» após terem reclamado do sindicato um aumento de salários. Uma semana depois vêm satisfeita em parte a sua reivindicação.

Na **Fábrica dos Fósforos**, verificou-se uma paralização de um dia e há forte disposição de prosseguir a luta por aumento de salários. Nos **TAP**, após amplas reuniões do pessoal de várias categorias, são apresentadas aos sindicatos contrapropostas para a revisão do CCT. Aqui, foram utilizados os placares da aero-gar para afixar a notícia da greve dos ferroviários, sendo hábito proceder assim com notícias de outras lutas.

Nos **CTI**, o descontentamento crescente e as várias lutas que se vinham processando forçaram o governo a abreviar a transformação deste serviço do Estado em «Empresa pública». Esta transformação deve trazer imediatos benefícios a milhares de trabalhadores ali empregados e facilitará certamente a sua organização e lutas futuras. Depois da acção das telefonistas e de milhares de empregados de outras categorias em luta por diversas reivindicações, centenas de carteiros levaram a efeito nova concentração em Lisboa, junto do Correio - Mor, em 7 de Outubro, apoiando uma diligência duma comissão da classe junto do governo.

Em muitas outras empresas e classes de Lisboa tais como **Utic**, **Construções Navais**, **Barros**, **Lapidação de Diamantes**, **Fábrica de Lelas do Poço do Bispo**, **Metalúrgicos**, **Bancários**, **Seguros**, etc, etc, os trabalhadores organizam-se e en-

tram na ofensiva reivindicativa em curso.

No Baixo Ribatejo e noutras zonas dos arredores de Lisboa, também milhares de trabalhadores, de muitas empresas, discutem os seus problemas em grandes reuniões e lançam-se corajosamente na luta.

Na **Fábrica de Papel de ABELHEIRA**, 100 mulheres fazem greve de braços caídos; Na **CIMIANTO**, os operários fazem greve aos serões como protesto contra os baixos salários e os descontos elevados; Na **CIMA**, Fábrica de Madeiras próximo de Algorca, 200 operários fazem uma paralização seguida de concentração, exigindo melhores salários; Na **OLAIO**, após uma luta que vinham travando, os operários da Estância de Madeiras conseguem um aumento de 14\$00; Na **ROBIALAC** os operários fazem reuniões gerais e fixam o seu caderno reivindicativo: — aumento geral de salários, 3.500\$00 mínimo mensal, melhor assistência médica e melhores condições de trabalho; Na **COVINA**, os operários continuam a luta pela reconquista de todas as regalias roubadas pelo Tomé Feteira e por um aumento geral de salários que os satisfaça tendo já conquistado 4\$00; Na **TREFILARIA**, luta-se pela melhoria dos subsídios de turno e da refeição noturna; Na **MAGUE**, os trabalhadores reclamam aumento de salários tendo-se recusado a fazer horas extraordinárias como forma de pressão; Na **SOMAGUE**, os operários reduzem a produção para uma décima parte do normal para obterem um aumento geral de salários, ameaçando recorrer a outras formas de luta; Na **TUDOR**, os operários manifestam o seu descontentamento pela mesquinhez do seu último aumento (20\$90 diários) em comparação com os recentes aumentos dos engenheiros e encarregados que passaram de 8 para 12 contos e de 6 para 8 contos, respectivamente; Na **METAL**, empresa associada da Tudor, os operários dos três turnos concentraram-se na gerência reclamando um salário mínimo de 120\$00 e um aumento geral, tendo-lhes sido prometido aumento para o fim do ano; Na **Fábrica de GARRAFOES**, 200 operários, na maioria mulheres fizeram greve no dia 31 de Outubro, recusando-se a fazer a «compensação» do feriado de 1 de Novembro.

Subindo mais para o Norte assindala-se: na **FORD** e na **GENERAL MOTORS**, na Azambuja, a exigência por parte dos operários de um novo aumento de salários de 5\$00 por hora (40\$00 por dia) tendo acisado a Administração das respectivas empresas de que apresentavam já estas reivindicações para não terem de recorrer à greve como no princípio do ano. Esta reivindicação foi apresentada por várias comissões representantes das secções maiores; Na **Fábrica de Cortumes MOTA**, em Alcanena, os operários exigem a generalização de um aumento que o patrão havia dado só a alguns, tendo obtido satisfação; Na **CASA NERV**, metalúrgica de Torres Novas, os operários passaram ao regime de «cêra» e dispõem-se a recorrer a outras formas de luta exigindo aumento geral de salários e outras regalias; Na **MARINHA GRANDE**, os operários vidreiros depois duma paralização na **Fábrica M. PEREIRA**, seguida de concentração junto da gerência, promovem posteriormente uma concentração de 400 trabalhadores junto do sindicato, reclamando a revisão do CCT e a sua participação nas negociações; Em várias empresas vidreiras entraram em regime de «cêra», baixando a produção de forma notória. É de destacar também o papel activo dos jovens aprendizes («garotos») na luta geral, tendo apresentado as suas próprias reivindicações e ameaçando fazer greve.

No Norte do País, se bem que duma forma dispersa e sem atingir ainda, na maioria dos casos, um grande vigor combativo a classe operária que é em geral mais mal paga que no Sul, participa também na ofensiva em curso. Em várias empre-



sas ecludem lutas por aumentos de salário, por melhor pagamento das horas extraordinárias, contra a exploração e arbitrariedades do patronato.

De Julho a Outubro entraram em luta por estes objectivos, além dos ferroviários que na região do Norte participaram na greve nacional da classe, os operários das seguintes empresas: **Tabopan** (Amarante), greve de um dia; **Olive** (S. João da Madeira), paralização de uma secção de 100 operários; **Nacitex** (Matosinhos) paralização; **Serviços Municipalizados de Gaia**, duas concentrações de 80 operários cada; **Fiação e Tecidos de Fafe**, concentração; **Efacec**, (Porto), reclamação junto da gerência por via da comissão de unidade; **Billrud**, (Figueira da Foz), várias acções de protesto incluindo o boicote da cantina que saiu vitorioso. Últimamente entraram também em luta os operários da **Foncer**, (Textil do Porto), e da **Sonafi** (Fundição de S. Mamede de Infesta).

Estas acções reivindicativas dos trabalhadores do Norte podem ser o pronúncio dum fluxo de lutas mais vastas se for feito um grande esforço para, a curto prazo, se ultrapassar o baixo nível de organização existente actualmente, assim como a resistência à adopção de formas superiores de organização e de luta.

Transmitir a todos os quadros e às organizações do Partido a confiança, entusiasmo e compreensão pela linha do Partido, assim como, dinamismo, audácia e espírito de iniciativa, é uma exigência e uma tarefa inadiável do trabalho de direcção do Partido a todos os níveis. Só assim se poderá elevar a nossa influência, a acção e o trabalho organizativo entre as massas ao nível requerido pela hora que passa.

O potencial combativo da classe operária está longe de ter alcançado o máximo desenvolvimento com a actual vaga de lutas. Pode ainda desenvolver-se muito mais. O custo de vida continua a agravar-se constantemente. Prossegue o sorvedouro da guerra colonial, sobem os géneros de primeira necessidade uns após outro, aumentam os transportes, as rendas de casa e outros serviços essenciais à população trabalhadora, sem que o governo apresente outro remédio que não sejam as habituais afirmações e medidas demagógicas que mais não são que formas de camuflar a sua protecção à avidez de lucros da grande burguesia monopolista.

Em consequência disto, crescem as dificuldades e aumenta o descontentamento e revolta das massas exploradas. Muitos milhares de trabalhadores aguardam apenas que o Partido os ajude a organizar o seu descontentamento e revolta contra tal estado de coisas, transformando a sua vontade de luta em energia e acção revolucionária.

Na base da experiência vivida, os trabalhadores devem, antes de lançar-se na luta, forjar uma sólida unidade e constituir uma forte organização, capazes de enfrentarem vitoriosamente o embate com o patronato e com o governo fascista que o protege. Cabe ao Partido orientá-los e ajudá-los na formação dos seus organismos unitários de classe — as Comissões de Unidade e outros organismos legais e ilegais que venham a ser necessários para conduzirem a luta até à vitória. **Esta é a grande tarefa do momento que se coloca a cada comunista e a todo o Partido para ajudar a classe operária na sua luta.**

ENTREVISTA DO CAMARADA ALVARO GUNHAL

à Rádio Moscovo a 22-9-1969

SOBRE A CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

E SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

PERGUNTA: *É sabido que os resultados dos trabalhos da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo são considerados no mundo como uma importante contribuição para a causa do fortalecimento da unidade do movimento comunista, da coesão de todas as forças anti-imperialistas. Como apreciam os comunistas portugueses os trabalhos da Conferência? Que significado tem os problemas examinados na Conferência para a luta do povo português contra o fascismo?*

RESPOSTA: O Partido Comunista Português como se afirma numa resolução aprovada na reunião do CC realizada no mês

de Agosto último considera a Conferência de Moscovo como um grande êxito do movimento comunista.

A Conferência culminou os importantes passos dados nos últimos anos no sentido do reforço da coesão do movimento comunista e estabeleceu uma nova e séria base para a co-operação dos partidos comunistas e operários.

Os documentos aprovados na Conferência, produto do trabalho colectivo dos 75 partidos participantes reflectem a variedade das condições em que lutam os diversos destacamentos do movimento comunista, a riqueza das suas experiências e as suas opiniões próprias. Corresponde à actual situação mundial, à situação existente no movimento comunista e às

tarefas de cada partido e de todos os partidos irmãos. A Conferência abriu uma nova etapa da unidade de acção na luta contra o imperialismo, do reforço da coesão dos países socialistas e da cooperação entre todos os destacamentos do movimento comunista.

A Conferência representou uma grande vitória dos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário contra as tendências nacionalistas, contra concepções de autônomo que correspondem ao isolamento e ao separatismo dos partidos comunistas e operários e à negação duma orientação comum nos problemas fundamentais que defronta o movimento comunista. O reconhecimento unânime pelos 75 partidos participantes da necessidade de coesão e de unidade na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário, é uma das grandes aquisições da Conferência, tanto mais de sublinhar, quanto é certo que em anos transatos se haviam verificado em diversos destacamentos do movimento comunista perigosas tendências de estreiteza nacional.

A Conferência representa um passo de extraordinária importância para o reforço da unidade ideológica do movimento comunista. Nos trabalhos da Conferência, o oportunismo de direita, o revisionismo, o dogmatismo, o esquerdismo e aventureirismo, foram severamente combatidos. A Conferência criou condições favoráveis para o prosseguimento do trabalho ideológico, para a ulterior superação de divergências ainda existente, seja pelo confronto franco e fraternal de opiniões, seja pelos inevitáveis ensinamentos que não de resultar do reforço da unidade de acção.

Consideramos ainda muito importantes três aspectos dos trabalhos da Conferência:

O primeiro: A incontestável confirmação do papel da URSS e da comunidade socialista no processo revolucionário mundial. Num momento em que se faz sentir uma violenta pressão do imperialismo, coadjuvado por socialistas de direita e pequeno-burguesia radical para afastar e separar da URSS os partidos comunistas, num momento em que o anti-sovietismo se tornou a direcção fundamental do anticomunismo, tem um alto significado o reconhecimento unânime de que o reforço da unidade do movimento comunista significa necessariamente o reforço da cooperação e amizade de todos os partidos comunistas e operários com o PCUS, a cujo incansável labor e a cuja consequente política em defesa da unidade do movimento comunista se deve em larga medida o êxito da Conferência.

O segundo: O facto de que a grande maioria dos partidos participantes, tal como o PCP, tenham entendido necessário, nas suas intervenções na Conferência, condenar severamente a orientação e actividade do grupo dirigente de

Mao-Tse-Tung. Num momento em que a direcção fundamental da política dos dirigentes chineses é o histórico anti-sovietismo, é socavar a comunidade socialista, é separar o movimento nacional libertador dos países socialistas e dos partidos comunistas e cindir e desagregar o movimento comunista e cada um dos seus destacamentos, essa firme posição de tão elevado número de partidos assumida na Conferência constituiu uma positiva e necessária contribuição para o reforço da unidade do movimento comunista e das forças anti-imperialistas.

O terceiro: O facto de que a generalidade dos partidos participantes se tenham conformado com os desejos expressos pelo PC da Checoslováquia para que a situação e os acontecimentos no seu país não fossem objecto de exame na Conferência, a fim de facilitar a superação da grave crise política. Apesar de que os factos no ano decorrido confirmaram plenamente os perigos que em 1968 atravessaram o regime socialista da Checoslováquia e a segurança da comunidade socialista, e a imperiosa necessidade da acção empreendida pela URSS e outros quatro países do tratado de Varsóvia, há ainda quem insista em defender o curso político que conduziu a Checoslováquia socialista à beira da catástrofe. Uma tal posição, sobre tudo num momento em que o PC da Checoslováquia tomou sérias medidas para a resolução dos complexos problemas existentes e empreende um sério combate às forças antisocialistas e dereitistas, é objectivamente um estímulo a estas forças e por isso a consideremos extremamente negativa. Naturalmente que, na Conferência, a ser discutido o problema, todos os partidos, entre eles o PCP, teriam a sua palavra a dizer. Consideramos muito positivo que, salvo algumas excepções, os partidos participantes tenham entendido ser a sua melhor contribuição e apoio ao PC e aos trabalhadores da Checoslováquia, não se referirem ao problema. Pela nossa parte fazemos ardentes votos para que o PC da Checoslováquia leve a cabo as tarefas a que se propõe.

Para aludido povo português, contra a ditadura fascista, pela instauração dum regime democrático, para a conquista da verdadeira independência da nossa pátria hoje submetida ao imperialismo estrangeiro, os resultados da Conferência têm particular significado. O facto do movimento comunista internacional considerar entre os principais objectivos da luta anti-imperialista, a luta contra as ditaduras fascistas, entre as quais a existente em Portugal, assim como o apoio concreto aos povos submetidos ao jugo colonial, designadamente os de Angola, Guiné - Bissau e Moçambique, constitui um grande incentivo à luta do povo português. Confiamos que, decorrente dos resultados da Conferência, o povo português receberá uma cada vez mais activa solidariedade internacional. Também o facto de, no do-



cumento principal da Conferência, se desmascarar a demagogia « liberalizante » do governo de M. Caetano, constitui um golpe sério nos esforços da ditadura fascista para mascarar perante o mundo a sua verdadeira natureza.

Seguindo o caminho traçado na Conferência para o reforço da coesão e da unidade do movimento comunista internacional, o PCP, pela sua parte, continuará, como até hoje, trabalhando em estreita cooperação com o PCUS e com os outros partidos irmãos. Participaremos, na medida das nossas forças e possibilidades, em todas as iniciativas de interesse comum. Não pouparemos esforços para estreitar as nossas relações de amizade com todos os partidos irmãos, na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. Consideramos, ao mesmo tempo, como a nossa mais importante tarefa internacionalista levar a bom termo a luta pelo derrubamento da ditadura fascista, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo em Portugal.

PERGUNTA: *Que pode dizer em relação às perspectivas de luta do povo português pela liberdade e a democracia?*

RESPOSTA: Devo começar por sublinhar que o ano decorrido caracterizou-se por um sério agravamento da crise do regime fascista e por um rápido desenvolvimento da luta popular, da acção política e da organização das forças democráticas.

Como se sabe, o afastamento de Salazar das funções públicas, em consequência da grave doença que o invalidou, acentuou as graves dificuldades que a ditadura fascista vinha atravessando. Tentando alargar as suas bases de apoio, criar a expectativa e a passividade e, impedir a súbita agudização da luta de classes, dividir a Oposição chamando os elementos mais vacilantes ao colaboracionismo e isolando o PC e os sectores mais combativos da Oposição democrática, para mais facilmente os combater, os fascistas (promovendo o governo de « União Sagrada » presidido por M. Caetano) lançaram uma manobra demagógica de grande estilo, procurando fazer crer que iriam iniciar um processo de « liberalização » e de reformas que poria fim à ditadura fascista.

Desde a primeira hora da formação do governo de M. Caetano, o PCP desmascarou essa demagogia « liberalizante », lutou contra as ilusões que iria semear, advertiu o povo português de que os fascistas procuravam com ela, não pôr fim ao fascismo, mas salvá-lo. Por outro lado, também desde a primeira hora, o PCP insistiu na necessidade de aproveitar audaciosamente as condições favoráveis criadas pelo agravamento da crise do regime e pela própria demagogia « liberalizante » para conquistar posições, conseguir a satisfação de reivindicações imediatas, imprimir um novo curso à vida política portuguesa,

criar élos sólidos de ligação da vanguarda com as massas, impulsionar a acção política e a luta popular.

O ano decorrido confirmou inteiramente a análise da situação feita e a orientação traçada pelo PCP.

Desmentindo as afirmações demagógicas de M. Caetano, a política fascista prosseguiu inalterada nos seus aspectos fundamentais: negação das liberdades mais elementares, repressão, exploração desenfreada das classes trabalhadoras pelos grupos monopolistas, entrega ao imperialismo, política de obscurantismo, de exploração e guerras coloniais.

Desmentindo os oportunistas de direita que afirmavam que a situação política e a política do governo haviam mudado radicalmente e que defendiam dever-se apoiar M. Caetano, não desenvolver quaisquer acções de massas e criar um movimento democrático ordeiro, legalista, que pelo seu anticomunismo fosse reconhecido pelo governo; desmentindo também os esquerdistas e sectários que afirmavam que nada mudara na situação e quenenhumas possibilidades novas de luta se haviam criado; desmentindo ainda certos verbalistas, que ocultando o seu oportunismo de direita num verbalismo esquerdistista, chegavam ao absurdo de afirmar que o fascismo desaparecera e que portanto a tarefa imediata era a revolução socialista; — a luta popular por reivindicações concretas e imediatas, a acção política antifascista, a organização legal e semi-legal das forças democráticas através de formas muito maleáveis, conheceram os mais importantes sucessos registados de há muitos anos para cá.

As greves operárias dos primeiros meses do ano, em que participaram mais de 100 mil trabalhadores, comprovando uma vez mais o papel de vanguarda da classe operária no movimento antifascista, tiveram decisiva importância para o esclarecimento da situação política, da natureza e orientação do governo, para infligir uma séria derrota ao oportunismo de direita e de esquerda, para anular os esforços visando isolar o PCP, para dinamizar toda a acção política e reforçar a unidade antifascista. A luta dos estudantes, embora prejudicada em alguns momentos por tendências esquerdistas, adquiriu também um extraordinário vigor em sucessivas e grandes concentrações, manifestações e greves. As forças democráticas, em torno da pelas liberdades fundamentais e por reivindicações políticas imediatas, vencendo as intimidações e ameaças fascistas, conseguiram implantar-se na vida política nacional a luz do dia, aparecer como um amplo movimento legal de opinião democrática e criar uma ampla base organizada.

Assim se abriu o caminho para novas grandes lutas contra a ditadura fascista.

Como é sabido, em Outubro próximo têm lugar as chamadas « eleições » para a Assembleia Nacional. Não são « eleições », mas uma mascarada « eleitoral » que o governo prepara.

Entretanto, aproveitando a sua rica experiência de utilizar todas as possibilidades de actualização legal (mesmo as mais condicionais e contingentes), aproveitando as dificuldades do regime e a sua demagogia «liberalizante», as forças democráticas desenvolvem uma intensa acção em torno dessa máscara «eleitoral», apresentam candidatos, criam amplas organizações de apoio, reivindicam eleições sérias, exigem as liberdades fundamentais. A máscara eleitoral poderá assim transformar-se no terreno de grandes lutas políticas contra a ditadura fascista.

Uma das tarefas fundamentais nesta fase de luta é ganhar novas posições que permitam à Oposição continuar a alargar a sua actividade de massas para além das «eleições» fascistas e impôr a sua existência legal como movimento organizado de opinião.

Como afirmou o CC do PCP em Agosto último, «desfeitas muitas das esperanças da demagogia «liberalizante», encorralado o fascismo nessa demagogia pela ofensiva popular e democrática, reduz-se cada vez mais o seu campo de manobra».

Se os fascistas insistem na demagogia, perderão novas posições. Se procurarem com uma grande ofensiva repressiva abafar o ascenso da luta popular, provocarão a súbita agudização desta, o que precisamente pretendem evitar.

Estamos por isso num momento em que são de esperar importantes modificações nas condições de luta do povo português contra a ditadura fascista.

A ditadura fascista tem um forte aparelho de Estado, forças repressivas numerosas, bem adestradas, comandadas por quadros cuidadosamente seleccionados. A luta do povo português, que se desenvolve a par e em aliança estreita com a justa luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique pela sua liberdade e independência, acabará por derrotá-lo e destruí-lo.

Se neste período o movimento democrático se mostrar capaz de mobilizar as massas populares, se continuar audaciosamente o seu esforço de organização, se reforçar a sua unidade, entraremos num período de grandes lutas que poderão ser decisivas.

A situação é complexa. Serão necessários duros combates. Mas mais cedo do que cuidam os pessimistas, soará o dobre de finados da ditadura fascista que tiraniza o povo português à 43 anos.

PERGUNTA: Qual é o papel do PC na luta do povo português contra a ditadura fascista?

RESPOSTA: Não é uma definição de princípio, mas também uma constatação de facto, afirmar-se que cabe ao PCP um papel determinante na luta pelo derrubamen-

to da ditadura fascista, a instauração das liberdades democráticas, a conquista da verdadeira independência nacional, a realização das medidas e reformas necessárias para encaminhar a nossa pátria pela via da liberdade e do progresso social.

O PCP é em Portugal o único partido que tem uma organização clandestina, uma imprensa clandestina, uma direcção e quadros revolucionários, uma acção política regular e continuada, uma ligação estreita com a classe operária e as massas trabalhadoras. No ano decorrido, uma vez mais, se mostra à evidência que o PCP, apesar de forçado à mais profunda clandestinidade, é uma força real na política portuguesa. Não é sobrestimar as nossas forças e a nossa actividade afirmar que o PCP está na vanguarda da luta antifascista e que só o PCP está em condições de ser a força motora da unidade das forças democráticas e da luta das massas populares.

Sem o PCP e muito menos contra o PCP, não é possível em Portugal nas condições presentes uma larga acção das forças democráticas contra a ditadura fascista.

Sem o PCP não será possível libertar definitivamente Portugal da tirania fascista e construir um Portugal democrático e independente.

PERGUNTA: Deseja o camarada dirigir através da Rádio Moscovo algumas palavras ao povo soviético?

RESPOSTA: Sim, desejo. O apoio e solidariedade constantes e fraternais que o povo soviético e o PCUS prestam à luta do povo e dos comunistas de Portugal, são para nós uma confirmação directa, no caso português, do papel da URSS no processo revolucionário mundial, da consciência internacionalista do seu povo magnífico, educado pelo Partido de Lênine. Nós, comunistas portugueses, sempre fomos e sempre seremos solidários com o grande país dos soviéticos e tudo fazemos para educar o nosso povo na amizade profunda para com o povo soviético. Os laços de fraternidade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS são indestrutíveis. E vencendo todos os obstáculos com que o governo fascista do nosso país procura isolar o povo português da grande pátria socialista, fazendo frente corajosamente à repressão e desdenhando da intensa campanha anti-soviética, a classe operária e o povo de Portugal (para orgulho do nosso Partido) sentem-se profundamente ligados aos êxitos, aos sucessos, à política, ao destino da União Soviética, que desde a sua fundação foi sempre, como continua a ser, a melhor garantia da vitória final dos trabalhadores oprimidos pelo capital e dos povos submetidos ao imperialismo, da vitória final do socialismo e do comunismo em todo o nosso planeta.



A DEFESA ACUSA...

Intervenção do camarada Francisco Canais Rocha no Tribunal

Preso pela segunda vez em 20 de Agosto de 1968, Francisco Canais Rocha, destacado militante clandestino do Partido Comunista Português, foi julgado no Tribunal fascista no mês de Março de 1969. A sua defesa, de que publicamos a seguir as passagens essenciais, foi um libelo acusatório contra o regime, o governo e a PIDE.

«Fui preso no dia 20 de Agosto de 1968, às duas e um quarto da madrugada. Com efeito, a esta hora estranha, como um vulgar bando de espiões, um numeroso grupo de agentes da PIDE, armados, e parece que chefiados pelo sub-inspector José Gonçalves (segundo a nota publicada na imprensa diária em 22-9-68), sem qualquer aviso prévio cercou e assaltou a casa onde vivia arrombando a porta e estilhaçando os vidros; separou-me brutalmente da minha mulher e filhas, e prendeu-me sem que fosse apresentado qualquer mandato de captura. Impedindo-me de me despedir da minha mulher e filhas, fui conduzido para a sede da PIDE, onde fui mantido em rigorosa incomunicabilidade durante mais de duas semanas e submetido a apertados e violentos interrogatórios e a torturas durante vários dias. Ali, os investigadores tudo tentaram para me arrancar declarações sobre a minha actividade política, procurando que eu traísse o P.C.P., a classe operária a que me orgulho de pertencer, que eu renegasse os meus ideais, que eu me desonrasse como homem honesto e sério. Em troca ofereciam-me a liberdade para mim e minha mulher, tendo-me sido feitas outras propostas que repudiei.

(...)

Como não aceitei as referidas propostas e com orgulho que me encontro a ser julgado neste Tribunal. E a minha firme recusa de colaborar com a PIDE, de traír, custou-me ser submetido à turtura do sono durante 14 dias e 14 noites consecutivos.

(...)

«Ao fim de alguns dias desta situação os pés incharam-me, principalmente o pé esquerdo de tal modo que não podia andar nem calçar os sapatos. Requeri a observação médica mas não apareceu ninguém. A pele estalou e os vasos sanguíneos dilataram de tal modo que quando cheguei a Caxias o dermatologista diagnosticou uma nervo-dermite a que tive de fazer tratamento. No 10.º dia da turtura do sono caí

desamparado no chão batendo com a cabeça na chaufage e o peito no chão, senti dificuldade em respirar. Requeri o médico mas não houve radiografia. Ligaram-me apenas o tórax e a turtura continuou. Só mais tarde em Caxias fui radiografado.

Estes são alguns dos métodos a que a PIDE chama de «investigação científica». Tal afirmação seria cómica se não fosse trágica. E isto passava-se precisamente numa altura em que todo o mundo comemorava o XX Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que Portugal subscreveu mas recusa cumprir descaradamente.

(...)

«Em 25 de Outubro, isto é, mais de dois meses depois de ser preso, fui levado de novo perante os investigadores, os quais tentaram pela última vez vergar-me. Nesse dia os investigadores disseram-me que poderia ver a minha mulher desde que estivesse disposto a dizer-lhe que fizesse certas declarações. Como repudiei tal resposta disseram-me que não poderia vê-la no entanto, pouco depois era trazida à minha presença com a condição de não lhe poder falar. Após isto a PIDE tentou a sua derradeira oportunidade: visto eu não estar disposto a convidá-la a fazer declarações, à traição, a PIDE teria que apertá-la. Foi a expressão usada.»

(...)

«E a minha mulher foi apertada de tal modo que 4 dias depois teve um princípio de colapso cardíaco que lhe ia sendo fatal e do qual ainda se recente, pois tem passado a maior parte do tempo de prisão em tratamento com o cardiologista e neurologista. Este exemplo revela bem o completo desprezo da PIDE pela dignidade da pessoa humana e contradiz as declarações do seu director a que a pouco fiz referência.

Ao apresentar todos estes exemplos não pretendo trazer algo de novo a este Tribunal, pois são por demais conhecidos. Com mais ou me-

nos variantes, eles são comuns a todos os comunistas e a todos os democratas e patriotas que se recusam à traição dos seus ideais e da luta contra o fascismo. A minha intervenção visa apenas tornar claro dois pontos: 1.º demonstrar que a deturpação da verdade dos factos, o desrespeito pelas leis vigentes e o absoluto desprezo pela dignidade da pessoa humana são constantes da PIDE na sua actividade repressiva; 2.º declarar a este Tribunal que se outras razões não houvesse, bastaria a existência dum tal polícia para justificar a minha actividade política.

Mas como a dissolução da PIDE está estreitamente ligada à dissolução de todo o Estado fascista, do qual ela é apenas um dos seus órgãos, o mais poderoso órgão repressivo, passo a responder à acusação de fundo contida no Despacho de pronúncia. Nele se diz: «como é do conhecimento geral o Partido Comunista Português é uma associação secreta, ilícita e subversiva...».

Desde já refuto tal acusação e declaro que, o que é do conhecimento geral, é que o Partido Comunista é o único partido que ao longo do reinado fascista, tem lutado não só pelos interesses da classe operária, da qual é seu guia e estado-maior, como também pelos superiores interesses do povo português.

Ao contrário do que se afirma no despacho, o P.C.P. não é uma associação secreta. Fundado em 1921, e tendo existência legal durante alguns anos, ele passou à clandestinidade não por vontade própria mas sim em virtude do golpe de Estado de 28 de Maio, o qual, acabando com as liberdades que o povo conquistara com a revolução de 1910, implantou, pela força das armas, um regime fascista.

Ao contrário dos outros partidos políticos, que foram esmagados e destruídos pela repressão então desencadeada, e que ao longo dos anos se foi agravando, o P.C.P. não só sobreviveu como se tornou naquilo que é hoje: um grande Partido Nacional, não só quanto à organização, que se estende de Norte a Sul do País, mas sobretudo quanto aos seus objectivos, que correspondem, afinal, aos interesses e às aspirações mais sentidas de todas as camadas da população vítimas do fascismo, dos sucessivos governos fascistas.

Apesar de toda a repressão que lhe é movida, o P.C.P. não foi destruído nem nunca o será. É isso é assim porque as suas raízes mergulham no mais fundo do povo português. A sua seiva e a sua força vêm-lhe da classe operária industrial e agrícola; do campesinato, de todas as camadas laboriosas do País, da intelectualidade progressiva, da juventude trabalhadora e estudantil.

Só por si, uma tal realidade é o mais severo

desmentido, à acusação de que a política do P.C.P. é contrária aos interesses do povo português. Ao contrário do que se afirma no «despacho», o P.C.P. não é uma associação secreta porquanto os seus principais dirigentes, à frente dos quais se encontra o seu secretário-geral, esse grande português e patriota, Alvaro Cunhal, são publicamente conhecidos. São homens e mulheres que devotaram toda a sua vida à luta contra o fascismo, por um Portugal livre e independente. Nomes como Pires Jorge, Sérgio Vilarigues, Blanqui Teixeira, Dias Lourenço, Francisco Miguel, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Georgette Ferreira, Octávio Pato, etc., etc., são estimados e respeitados por todos os democratas e patriotas, pelo povo. Ao contrário do que afirma o Despacho de Pronúncia, o P.C.P. não é uma associação secreta, pois os seus Estatutos, aprovados democraticamente no seu VI Congresso, e que são a lei interna do Partido são publicamente conhecidos. O P.C.P. não é uma associação secreta pois os seus objectivos encontram-se expressos no seu Programa igualmente aprovado no VI Congresso e também publicamente conhecido. Quem é secreta é a PIDE, que prende a torto e a direito e tortura sem prestar conta a ninguém da sua actividade. Ilegal não é o P.C.P. mas o regime fascista imposto pela força das armas e da repressão e nunca reconhecido nem sancionado constitucionalmente pelo povo.

Quero declarar ainda o seguinte: não podendo negar a existência de classes na sociedade capitalista os ideólogos e arautos do regime afirmam que este se encontra por cima das classes e ao serviço de toda a Nação. Pura demagogia, pois toda a gente sabe que numa sociedade dividida em classes, o Estado é o poder político organizado da classe que detem o poder. E quaisquer que sejam as formas de organização de que se revista, ele é sempre uma ditadura da classe dominante, sobre todas as outras classes.

Infelizmente para Portugal, para o povo português, quem detem o poder político e económico, é a camada mais reacçãoária da burguesia. Pela força implantou o regime político vigente, que é uma ditadura fascista-terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários. E a política seguida e praticada por todos os governantes fascistas durante as últimas 4 décadas, tem sido servir os monopólios, o imperialismo, os colonialistas e os latifundiários, tem sido servir um punhado de exploradores, contra a maioria esmagadora da nação.

Ao contrário, tem sido o P.C.P. quem sempre tem lutado pelos interesses da classe operária contra a desenfreada exploração capitalista e contra a organização corporativa com



lo pelos interesses dos camponeses contra os latifundiários e contra os organismos corporativos montados na agricultura para servir os interesses dos grandes agrários; tem lutado pelos interesses da nação contra o saque e a rapina das suas riquezas levado a cabo pelos monopólios e pelos imperialistas; tem lutado contra a vergonhosa exploração dos povos coloniais, contra a guerra colonial e pela autodeterminação desses povos; tem lutado contra a permanência de Portugal no agressivo Pacto da NATO, que é, ao contrário do que afirmam os seus componentes e defensores, um instrumento de provocação e de agressão contra os países socialistas; tem lutado contra a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional pois são bases que tornam Portugal cada vez mais dependente do imperialismo e põem em risco a própria independência nacional e a segurança do povo português.

Por isso se alguém deve ser julgado e condenado por praticar uma política contrária aos interesses da nação não são os comunistas e o seu Partido, mas os fascistas e os seus lacaios!

O actual presidente do Conselho, Marcelo Caetano, no seu discurso perante o chamado Parlamento, afirmou desejar ver instituído entre os portugueses, não um clima de ódio, mas de compreensão e tolerância.

Pois bem, ninguém mais do que os comunistas deseja que seja instituído, *de facto*, entre os portugueses um clima de Paz, de tolerância e de convivência cívica. Mas quem tem criado um clima de terror e ódio, quer com actos quer com palavras? Nós, comunistas não! Para não ir mais longe basta citar o recente discurso do deputado Casal Ribeiro na chamada Assembleia Nacional, a propósito das comemorações do 31 de Janeiro, levadas a cabo em várias partes do país. O discurso desse «ilustre» fascista, porta voz do grande monopólio Sacor-Cidla, é todo ele repleto de ódio, a que não falta, como é fímbre dos ultra-fascistas, a ameaça com as forças armadas e as forças repressivas.

Mal dos regimes que se apoiam no ódio, no terror e na força das baionetas. Como a história largamente demonstra, tais regimes acabam sempre por ser derrubados pelo povo. O nosso Povo diz e com razão — «quem semeia ventos colhe tempestades». Ora como o fascismo nada mais tem feito do que semear ventos, não poderá esperar colher outra coisa que não seja tempestades. E a maior, a principal, será a revolução que o povo português levará a cabo, em que a classe operária e o seu Partido, o P.C.P., terá papel determinante em aliança com as outras forças patrióticas antifascistas. Tal revolução varrerá para sempre da terra portuguesa o fascismo e implantará a democracia.

Para o P.C.P. essa revolução terá de ser uma Revolução Democrática e Nacional. E através dela que se alcançarão as liberdades democrá-

ticas de que o povo se encontra privado e se libertará o País da dependência estrangeira.

Na sua 2.^a palestra à nação, na chamada «conversa em família», Marcelo Caetano declarou que «o instinto vital da conservação do País exige uma política de reformas».

Na realidade o País precisa de reformas, de grandes e profundas reformas. Mas tais reformas não podem ser feitas no quadro do actual regime. Só a destruição deste e a construção de um regime democrático poderá levar às reformas de que o País necessita e que o povo reclama. Esse é o objectivo fundamental da Revolução Democrática e Nacional.

Alcançado este, deverão ser realizadas, na opinião do P.C.P. as seguintes reformas: 1.^o acabar com o poder dos monopólios, base económica e social do fascismo, *nacionalizando-os*; 2.^o pôr termo à dominação e exploração imperialista reconquistando a verdadeira independência, pois não se pode ser politicamente independente enquanto economicamente dependente; 3.^o promover uma profunda Reforma Agrária, expropriando os latifundiários e entregando a terra a quem a trabalha, afim de criar uma agricultura florescente, que facilite o desenvolvimento harmonioso da economia nacional; 4.^o elevar rapidamente o nível de vida das classes trabalhadoras através de uma política de pleno emprego, salarial, seguro social, habitacional, etc; 5.^o democratizar o ensino e a cultura, pondo termo à política obscurantista do regime fascista; 6.^o reconhecer aos povos das colónias o direito à auto-determinação e à independência, pondo fim às guerras coloniais, as quais estão arruinando o país em vidas e bens e são fonte de descrédito para Portugal; 7.^o praticar uma política externa de neutralidade, de não adesão a quaisquer pacto militar ou blocos, estabelecendo relações com todos os estados estrangeiros.

Só levando a cabo tais reformas é possível arrancar Portugal do atraso em que se encontra em relação aos países mais evoluídos. Só assim será possível permitir que os portugueses não se sintam estrangeiros na sua própria Pátria, e não se vejam obrigados a emigrar às centenas de milhar por essa Europa fora, procurando condições de vida que lhe são negadas na sua terra.

(...)

Sou acusado de ser funcionário do P.C.P.. Tal acusação é para mim motivo de orgulho. E é-o porque a qualidade de funcionário do P.C. não é atribuída a qualquer comunista nem é ganha com a simples passagem à clandestinidade. Ela é adquirida no dia a dia da luta contra o fascismo, através de provas de dedicação, de espírito de sacrifício, de coragem e firmeza, de fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, de fidelidade aos interesses do proletariado e do povo português.